

ATA N° 04/2019 DA REUNIÃO ORDINÁRIA DO CONSELHO MUNICIPAL DE HABITAÇÃO DE INTERESSE SOCIAL - CMH. Aos vinte e seis dias do mês de abril de dois mil e dezenove, às dezesseis horas e trinta minutos, reuniram-se na Casa dos Conselhos, situada na Rua 1822, número 1510, neste município, os **conselheiros**: João Miguel (Titular/FURBES); Fabrício Pereira Melo (Suplente/DCOI/CUIDA); Bárbara Gonçalves Fornerolli (Titular/Biblioteca Bem Viver); José Antonio Margarida (Suplente/AMOBAN); Airton Claudir da Rosa (Titular/Assoc. Moradores Jd. Denise); Sheila do Socorro Souza Mattar (Titular/IAB); Renata Resende Meirelles (Titular/SASC); Yuzi Anai Zanardo Rosenfeldt (Titular/UDESC). **Justificaram a ausência** por e-mail as conselheiras Franciele de Souza Pires (Titular/Coopermar) e Rafaela da Cruz Inácio (Suplente/Coopermar), ambas em vinte e seis de abril. **Outros participantes**: Amanda Roberge Cúrcio (UDESC); Tatiana E. S. Almeida (UDESC); Augusto M. Barbieri (FURBES; UDESC). **Documentos recebidos**: justificativa de ausência impressa, recebida por e-mail em vinte e sete de março da conselheira Sheila do Socorro Souza Mattar. Após seis minutos de tolerância, a presidente Renata inicia a reunião com boas-vindas aos presentes, explica os itens de pauta, diz sobre a importância de conhecer os programas que o Fundo Rotativo do Bem Estar Social (FURBES) contempla, para poder traçar os próximos planos enquanto Conselho. A presidente informa acerca de ofício encaminhado ao Fabrício (CUIDA) para obtenção das informações. Segue-se à discussão do **Item 1 - Atualização sobre a situação habitacional do município**. Augusto explica que o Fundo Rotativo é o órgão da Prefeitura responsável pelas políticas de habitação, regulamentado por Lei Municipal datada de 1994 e, junto a criação do Fundo, criou-se o CMH, antigamente chamado de COMBES. Augusto fala que em cada reunião deste Conselho, se quer apresentar uma atualização de um programa do FURBES, sendo no presente dia explicado o Projeto Lar Legal. João Miguel faz uso da palavra e diz que esse Programa foi instituído neste município em abril de 2017, a partir de uma Lei federal, mas somente há sessenta dias o programa de lei foi aprovada na Câmara de Vereadores. João Miguel lembra que há duas formas de legalização: pelo REURB e o Lar Legal, mais simplificado, destaca ainda que não há custo para o Município, pois os próprios interessados é quem pagam as despesas. O conselheiro acredita que, dentro de um espaço de sessenta a setenta dias já se consiga regularizar as quarenta e quatro habitações da região da Sexta Avenida. Augusto informa que a empresa pode cobrar até R\$ 1.600,00 (mil e seiscentos reais) por habitação e o valor máximo parcelado por mês é de R\$ 79,00 (setenta e nove reais), ressalta que não é obrigatório as famílias aderirem ao Programa. João Miguel diz que quase cem por cento das famílias já fizeram adesão e comenta das reuniões realizadas com as famílias, com a empresa. Augusto diz que o Programa Lar Legal é de jurisprudência do Estado, tem caráter social e depende da integração de vários atores dos Poderes Legislativo, Executivo e Judiciário, onde todos os prefeitos precisam demonstrar interesse, pois é preciso uma Secretaria, um Fundo de Habitação para operacionalizá-lo. Augusto fala que o objetivo do Programa é cuidar de lugares com destinos irregulares, garante a primeira necessidade de uma família que é a titulação de onde mora, tem caráter jurídico social inestimável, busca cumprir os preceitos da Constituição, principalmente no sentido da função social da propriedade. Indaga-se sobre o tempo do programa desde a concepção até efetivação e Augusto responde que houve uma reunião com a juíza responsável pelo Programa e ela identificou que em Balneário Camboriú só havia um processo; diz que dentre as empresas que realizam o serviço, está a RagServ, com a qual foi feito assim um Termo de Cooperação, de maneira que quem contrata a empresa são as próprias famílias. João Miguel pontua que quando o processo foi para a promotoria, conversou com o Procurador e agendou reunião para o dia cinco de maio para detalhar e explicar o Programa Lar Legal, para o caso da

promotoria tiver dúvidas, já estarem cientes dos fatos: Questiona-se o próximo passo, após o aval da juíza e Augusto diz ser sobre aumentar a abrangência do programa, lembre que no momento há quarenta e quatro cidadãos participantes, porém há mais interessados que, por motivo de documentação, não conseguiram se cadastrar a tempo, ressalta que se almeja atingir outros bairros também. No âmbito do FURBES. João Miguel fala sobre o REURB e diz que há um projeto pronto no setor jurídico municipal, que contempla vinte e duas famílias da Rua Maurício Verãncio Cunha, do Bairro São Judas, mas a dificuldade encontrada é que os cartórios precisam dar o registro das escrituras de maneira gratuita, mas estão se negando a isso. Renata pontua que é possível pensar em um selo por parte da Prefeitura para o cartório, informando que recebe o Programa Lar Legal. João Miguel diz que há vários casos em cidades do Estado, que os processos estão em fase de cartório, mas estes não estão cumprindo a determinação judicial para efetivar as escrituras, devido ao custo. Indaga-se sobre possível capta da empresa e Augusto afirma que o termo de cooperação é bem claro acerca das exigências que a empresa precisa cumprir e se não estiver de acordo com as mesmas, há como desfazer o termo e colocar outra empresa no lugar, porém até o momento não houve reclamações da empresa. Yuzi fala que o Programa Lar Legal já existe há mais de dez anos, havendo nascido do próprio judiciário e o REURB, criado em 2018, trouxe novos entendimentos de instrumentos que estão sendo construídos e não se está sabendo operacionalizar. João Miguel fala que as vinte e duas regularizações para o Bairro São Judas estão sob análise da Dra. Fabiana, a procuradora do município, que está estudando o REURB. Conselheira questiona sobre as regularizações quanto à urbanização e é esclarecido que essas questões já estão urbanizadas, consolidadas. Conselheira questiona o perfil de renda da população atendida e Augusto responde que do Programa participam famílias com renda de até três salários mínimos. João Miguel relata sobre a construção, pelo município, dos conjuntos habitacionais a que se referem, explica o contexto geográfico há quinze anos, onde se resolveu urbanizar a região e após os trâmites necessários, foi criada a Sexta Avenida, sendo que já havia um número grande de pessoas que moravam no local, até em palafitas - por ser área de mangue -, de maneira que o Município tomou a providência de construir as unidades habitacionais, contudo, com o passar do tempo, não houve regularização, assim o Programa Lar Legal irá dar escritura do imóvel para quem estiver ocupando no momento. Conselheira comenta que a empresa já vem com serviço de assessoria jurídica para cadastro das famílias, por exemplo, João Miguel concorda e reforça que a cada reunião o FURBES irá apresentar um de seus Programas, diz que está reestruturando-o e acredita que, em breve irão passar a localidade do FURBES para a Rua Estados Unidos, diz que adquiriram um veículo, além disso foram contratados mais dois estagiários. Após questionamento sobre previsão da situação habitacional em Balneário Camboriú, Augusto relata sobre o último diagnóstico de habitação ter sido feito por volta de 2008 e que o gestor anterior do Fundo Rotativo havia ressaltado a importância de refazer o diagnóstico. Augusto lembra que o FURBES realiza ações no âmbito da moradia, bem como a promoção humana, que se pode aproveitar para realizar oficinas e projetos, como a oficina de skate que acontecerá na Barra. João Miguel diz que, a respeito das próximas edições do Programa Elas Reformam, irão tentar realizar parceria com construtoras para inserção das formadas no mercado de trabalho. Após conversa, conselheiros dizem ser importante uma reunião com presidente do SINDUSCON para apresentar o projeto. Conselheira faz uso da palavra sobre a possibilidade de que, no setor da construção civil, entre os arquitetos e engenheiros, quando há reformas, materiais são trocados e encontram-se em perfeito estado, de modo que podem ser doados à população para fazer melhorias, sendo uma maneira até de diminuir os resíduos sólidos na cidade. João Miguel concorda da importância, porém diz sobre o

problema da falta de lugar armazenagem. Bárbara aponta sobre a possibilidade de criar um banco de informações para os interessados em receber determinados materiais e João Miguel pontua que não daria certo. **Item 2 - Previsão FURBES 2019.** Renata passa a palavra à Fabrício Melo, diretor da Defesa Civil, o qual diz que, no decorrer do tempo, novas áreas de risco vão sendo mapeadas, ação feita pelo serviço geológico do Brasil, a Companhia de Pesquisa de Recursos Minerais (CPRM) através de uma espécie de cartas oficiais, sendo feita uma entre os anos de 2012 e 2013, com cinco setores: Rua Itália, Rua Paraguai, Jardim Denise, Morro da Cotia e Rua Bento Cunha. Fabrício fala sobre novo mapeamento feito em 2018, apresentando vinte e cinco setores; diz que há mapeamento da CPRM, outro com geólogo da AMFRI e mais um, que está incluído no diagnóstico socioambiental do qual foi feito contratação. Conselheira indaga se o aumento da quantidade de setores de áreas de risco se deve ao adensamento ou por ser falho o anterior. Fabrício responde que era por ser falho mesmo. João Miguel faz uso da palavra sobre uma visão mais global da cidade há um tempo, mas atualmente estão detalhando mais as áreas. Fabrício apresenta o mapa e diz que é público, disponível no *site da Prefeitura*, onde basta acessar o ícone da *Defesa Civil* e depois clicar em *Setorização de Riscos de Balneário Camboriú*. Conselheira questiona sobre as consultas de viabilidade, se a Prefeitura já está considerando as cartas e Fabrício diz que desde 2017 a Secretaria do Meio Ambiente já as está utilizando. O convidado passa a apresentar a setorização de áreas em alto e muito alto risco a movimentos de massa, enchentes e inundações neste município; alerta ainda que não pode ser feito REURB em áreas de risco. Após a apresentação, Fabrício afirma que há mais áreas a serem mapeadas, pois o processo geológico pode sofrer alterações, precisando sempre ser revisitado, analisado novamente, para um parecer objetivo. A presidente Renata agradece a explanação e informa que, para a próxima reunião, o Conselho irá lidar com o Regimento Interno e indaga se há mais interessados em participar do grupo que estão reorganizando o documento. Renata pede que todos estejam presentes na reunião de maio. Bárbara faz uso da palavra a respeito da Lei sobre o auxílio moradia, que está tramitando nas Comissões da Câmara de Vereadores. A conselheira diz ainda que nesta semana entrou em pauta um projeto de ligação da rede das casas com a EMASA e quem não puder fazê-la, a própria EMASA fará e virá na conta da água o custo tido pela Empresa; destaca que há benefício para as pessoas com cadastro no CadÚnico e beneficiadas de BPC com outras condições de pagamento e fala que o Vereador Patrick fez uma emenda, abrangendo também os destinatários das políticas de habitação de interesse social. Renata lembra que colocou no grupo de WhatsApp as datas das próximas reuniões do CMH até o final do ano e pede que os conselheiros cuidem para se fazer presente. Nada mais havendo a tratar, a presidente encerra a reunião e eu, Francielly Raquel Domingues Vianna Secretária Executiva da Casa dos Conselhos, lavro a presente ata que após lida e aprovada, será assinada pelos conselheiros presentes para que surta os efeitos legais.





